

ATA NÚMERO 90/XII (2.ª)

Aos dezanove dias do mês de dezembro de 2012, pelas 09 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do ex-Diretor Adjunto de Informação da Rádio e Televisão de Portugal, SA, Vítor Gonçalves, na sequência do requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda para esclarecimento do incidente ocorrido na RTP após a manifestação de 14 de novembro.

O Senhor Vice-Presidente, Deputado Jacinto Serrão, do PS, presidiu à reunião, em substituição do Senhor Presidente da Comissão, Deputado Mendes Bota, que se encontrava ausente em trabalho parlamentar.

Dando início à audição, o Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu a presença do ex-Diretor Adjunto de Informação da Rádio e Televisão de Portugal, SA, Vítor Gonçalves, que fez uma breve exposição inicial, começando por sublinhar que no dia 14 de novembro, às 20 horas, a Produtora Ana Pitas dirigiu-se a um grupo onde ele estava presente, dizendo que tinha sido contactada por um agente da PSP a solicitar a colaboração da RTP para ajudar a esclarecer os incidentes que tinham ocorrido junto ao Parlamento. Disse que, como a Direção de Informação estava muito preocupada com os incidentes ocorridos com o carro de exteriores da empresa junto da Assembleia da República, pensou que o pedido da Polícia estava relacionado com essa ocorrência, mas que em nenhum momento dessa conversa houve qualquer referência a visionamento de “brutos”, a cópias de imagens para DVD ou a cedência de imagens à PSP.

Referiu também que, no dia 15, às 18 horas, a Produtora Ana Pitas deixou 2 DVD em cima da sua secretária, com imagens da manifestação, que guardou, não os dando a ninguém. Como não tinha pedido nenhuma cópia, não os valorizou. Continuou, dizendo que mais tarde um elemento do Conselho de Redação o tinha informado de que existia um e-mail de Ana Pitas a solicitar ao Arquivo, seguindo o protocolo habitual, a gravação de um conjunto de imagens, o que também foi confirmado por Nuno Santos, que recebeu um e-mail da Comissão de Trabalhadores dando-lhe

conta da ocorrência, e que ficou muito surpreendido com esse facto; que no dia seguinte recebeu mais dois DVD, que nunca foram vistos por ninguém; que, como não chegou as ver os DVD, não sabia qual o seu conteúdo e se tinham ou não “brutos” dos incidentes ocorridos; que não foi informado desse pedido e que, se o tivesse, sido não teria autorizado; que no dia 19 de novembro, numa reunião do Conselho de Redação, inutilizou esses DVD para ser consequente com uma orientação da Direção de Informação anterior (e de que fez parte), expressa na sequência de um pedido feito pelo Provedor do Espectador para ter acesso a “brutos” de uma outra reportagem; nessa altura, a Direção de Informação, através de um comunicado, assinado também pelo Conselho de Redação, expressou a sua oposição à possibilidade de entidades exteriores à empresa poderem ter acesso a “brutos” de reportagens feitos por jornalistas da RTP (junho de 2012); que, *a posteriori*, tinha sabido que os dois agentes da PSP estiveram na RTP, mas que não sabe a quem se dirigiram, com quem se encontraram e que imagens foram visionadas; que, por uma questão de lealdade institucional, no dia 19, acompanhou Nuno Santos a uma reunião com o Director Geral de Conteúdos, Luís Marinho, para lhe reportar o que sabiam do caso.

Em seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Cecília Honório (BE), do Grupo Parlamentar autor do requerimento que deu origem à presente audição, tendo o Senhor Vítor Gonçalves respondido às questões que lhe foram colocadas sobre a responsabilidade pela decisão tomada na tal «reunião informal» do dia 14 à noite, na qual Ana Pitas não esteve presente; sobre quem lhe falou do telefonema da PSP e no «visionamento em sítio discreto»; sobre se Luís Castro ofereceu o seu gabinete para esse efeito; se, tal como referiu no seu depoimento por escrito, o ex-Diretor de Informação Nuno Santos não autorizou o visionamento e cedência de imagens, e se esta reunião não passou de uma conversa informal, da qual não resultou qualquer autorização expressa; quais foram as razões que o levaram a reter os DVD; sobre se pode garantir que nenhuma cópia de “brutos” saiu para o exterior da RTP; e, por último, se confirmava que o Director Geral de Conteúdos não soube nada do que se passou nos dias 14 e 15.

Ainda na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Lídia Bulcão (PSD), Inês de Medeiros (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP). As questões colocadas incidiram essencialmente sobre os seguintes aspetos: o pedido feito a Ana Pitas pela PSP foi transmitido a quem; em que momento exato teve conhecimento desse facto; quem é que o pôs a par da situação; qual foi a sua posição sobre este assunto; quem tomou a decisão final de visionamento de imagens; que posição assumiu na tal reunião informal; se é verdade que apenas o Diretor-Adjunto de Produção se opôs a esse visionamento; quem autorizou que as imagens em

“bruto” fossem vistas diretamente no servidor; qual a razão porque esconderam todo este processo da administração da RTP; se as imagens televisivas recolhidas por uma equipa de produção são ou não consideradas um produto jornalístico; se foi ouvido no inquérito; se houve alguma ordem de Nuno Santos para que as imagens não fossem cedidas; se conhece outros processos de inquérito internos da RTP em que às pessoas-chave para o apuramento dos factos — como foi o caso deste — tenha sido transmitido que o essencial dos factos já estava apurado sem que tenham sido ouvidas; e, por fim, se houve algum travão na cadeia hierárquica para pôr fim a este processo.

O Senhor Vítor Gonçalves respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Lídia Bulcão (PSD), Manuel Seabra (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo Vítor Gonçalves respondido globalmente aos Senhores Deputados.

A audição terminou às 10 horas e 50 minutos.

Esta audição foi gravada, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta em http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CPECC_20121219_1.mp3, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Palácio de São Bento, 19 de dezembro de 2012

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Jacinto Serrão)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes
Ana Sofia Bettencourt
Bruno Dias
Carla Rodrigues
Cecília Honório
Francisca Almeida
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
João Portugal
Lídia Bulcão
Luís Pita Ameixa
Manuel Seabra
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Paulo Rios de Oliveira
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sérgio Azevedo
Isabel Alves Moreira
João Lobo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Glória Araújo
Isabel Oneto
Odete Silva

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 19/03/2013.